



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002973-37.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Suzilena Roberta Corrêa**  
 Requerido: **Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por **Suzilena Roberta Corrêa** contra o **Estado de São Paulo** e o **Município de São Carlos** sob o fundamento de que sofreu lesões e sequelas nos dedos e tendões por corte profundo decorrente de acidente doméstico com uma faca, motivo pelo qual requer a realização de cirurgia reparadora pela qual não tem condições de pagar por ser economicamente hipossuficiente.

O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento da concessão da tutela (fl.18), cuja decisão às fl.19-20 ratifica tal entendimento. Em seguida, ante ao relatório de fl.38, a antecipação da tutela foi concedida.

A Prefeitura Municipal de São Carlos apresentou contestação às fls.47-58, na qual, aduz, em resumo, que: o cumprimento do direito à saúde depende de recursos dos governos federal e estadual; o tratamento excepcional, como a cirurgia eletiva, deve ser realizado mediante parcimônia e premência, visto comportar com uma lista de espera, de maneira que o paciente deve aguardar a sua vez; os municípios padecem de condição orçamentária restrita e fragilizada por demandas por tratamento de saúde; cerca de metade do orçamento com remédios atualmente é para custeio de tratamentos peculiares, prejudicando o tratamento igualitário na rede de saúde. Requer a improcedência do pedido ou que os familiares do autor suportem, ao menos, parte do tratamento, bem como o corréu arque com o tratamento excepcional.

Juntou documentos às fls. 60-67.

O Estado de São Paulo, representado pela Procuradoria Geral do Estado, por



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

seu turno, apresentou contestação às fls. 69-73, na qual, sustenta, em preliminar, carência da ação e falta de interesse processual, em vista do SUS realizar ordinariamente o procedimento pleiteado. Argumenta que, bastando o cumprimento dos procedimentos administrativos, não é necessário movimentar toda a máquina judiciária para o pleito. No mérito, alega, ainda, que: devem ser evitados privilégios de qualquer espécie e, assim, faltando a situação emergencial, não se justifica que um caso seja passado na frente de todos os outros e atendido fora dos trâmites regulares; a política pública não se resolve com um simples despacho judicial. Requer a improcedência da ação.

Houve réplica às fls.78-86. A autora alega, em resumo, que: buscou administrativamente a realização de cirurgia pelo SUS, contudo sem sucesso, e, por isso, a intervenção judicial é justificável; pode perder os movimentos dos dedos por conta da possível rigidez dos tendões, caso não seja realizado o procedimento postulado, gerando-lhe sofrimento permanente.

O Município requer a apresentação de documentos e, mediante prescrição médica, que a autora realize sessões de fisioterapia antes da cirurgia obsecrada (fls.87-89)

### **É O RELATÓRIO.**

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Julgo o pedido imediatamente, vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, não havendo necessidade de produção de outras provas.

Afasto, inicialmente, a preliminar de falta de interesse de agir, pois caso a autora tivesse logrado êxito em obter a cirurgia pleiteada, por óbvio, não teria ingressado com a presente demanda, custosa e demorada, sendo certo que fez pedido administrativo, mas não há qualquer previsão de data.

Não ainda há que se falar em carência da ação por ilegitimidade de parte, pois a responsabilidade pela prestação de serviços à saúde à população é solidária, pertencendo às três esferas de governo. O art. 198 da Carta Magna, em especial os parágrafos 1º e 2º, consagra a responsabilidade solidária entre a União, os Estados e os Municípios em relação ao Sistema Único de Saúde. Nesse mesmo sentido o art. 4º da Lei Federal nº 8.080/90 ressalta a gestão compartilhada entre entes federativos nas ações e serviços de saúde.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa diante da declaração de necessidade acostado à fl. 9.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde. Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional. Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, não possuir condições financeiras para arcar com os custos da cirurgia, tanto que assistida pela Defensoria Pública e, ainda que assim não se entendesse, tem-se que é idoso (fls. 12-13).

Ademais, o fato da cirurgia parecer não ter caráter emergencial não obsta o fornecimento público, pois necessário que se garanta vida digna ao cidadão, que não pode



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

sofrer as consequências do lento processo burocrático estatal de listagem e padronização. A importância da cirurgia foi atestada pelo médico que assiste a autora, que ressaltou que a necessidade de tratamento cirúrgico (fl.38).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido para que a cirurgia seja realizada, confirmando-se a tutela antecipada, devendo a autora submeter-se a 30 dias de fisioterapia, conforme prescrição médica.

Diante da sucumbência, condeno o Município de São Carlos ao pagamento de honorários advocatícios que fixo, por equidade, em vista da repetitividade da matéria e pouca complexidade, em R\$ 110,00 (cento e dez reais), pelo fato de que a ação inicialmente foi necessária, já que houve resistência na aquisição do aparelho. Além disso, não há como se falar em confusão entre entes estatais diversos.

Neste sentido: “O Município deve fornecer medicamento, ainda que não padronizado, necessário ao tratamento de munícipe carente. Devida a condenação em honorários advocatícios mesmo que representada a apelante por doutor Defensor Público” (Apelação Cível nº 784.763-5/8-00, relator Desembargador Barreto Fonseca – in APELAÇÃO Nº 0010528-69.2008.8.26.0566 – Desembargador Relator FERMINO MAGNANI FILHO).

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de a autora ser assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 06 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**